

NEOENERGIA BIGUAÇU TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.

CNPJ/MF nº 27.853.497/0001-47 | Companhia Fechada Companhia pertencente à Neoenergia Transmissão S.A.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2025

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados Acionistas,
Apresentar os resultados de 2025, a Neoenergia Biguaçu Transmissão de Energia S.A. reafirma seus princípios de sustentabilidade corporativa, sempre na busca do equilíbrio entre prosperidade econômica, responsabilidade ambiental e progresso social, com base em uma gestão eficiente, íntegra e ética.

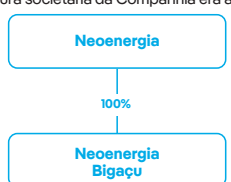
1. A NEOENERGIA BIGUAÇU TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.

A Neoenergia Biguaçu Transmissão de Energia S.A. ("Companhia"), controlada pela Neoenergia Transmissão S.A., tem por objeto social desenvolver, dentre outras, atividades de estudo, planejamento, projeção, construção, operação, manutenção e exploração de sistemas de transmissão de energia elétrica, linhas, subestações e centros de controle, bem como da respectiva infraestrutura e serviços ligados a essas atividades.

Em 24 de agosto de 2023, a Neoenergia S.A. (antigo controlador) transferiu para Neoenergia Transmissão S.A. (atual controlador) a totalidade de sua participação societária na Companhia, em troca da integralidade da participação societária na Neoenergia Transmissão S.A. Em 29 de setembro de 2023, a Neoenergia S.A. alienou 50% da participação societária de sua então controlada Neoenergia Transmissão S.A. Como consequência, a Neoenergia Transmissão S.A. torna-se controlada em conjunto da Neoenergia S.A. e da Warrington Investment Fund, Ltd.

1.1. Estrutura Societária

Em 31 de dezembro de 2025, a estrutura societária da Companhia era a seguinte:



2. DESEMPENHO OPERACIONAL

Em 24 de abril de 2017, a Companhia venceu o leilão ANEEL 05/2016 adquirindo o direito de construir, instalar e manter as seguintes linhas de transmissão e subestações: no estado de Santa Catarina, compostas por um compensador estático de reativos (CER) de (100/+300) Mvar na subestação Biguaçu 525 kV, incluindo o transformador elevador e respectivas conexões; interligações de barramentos, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.

Em 2025, a taxa de disponibilidade da Companhia foi de 99,98% (99,97% em 2024). O limite estabelecido pelo Operador Nacional do Sistema (ONS) estipula como normal a disponibilidade entre 95% e 98%. Este

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	2025	2024
Receita operacional líquida	3	24.440	23.557
Custos de operação	(2.427)	(2.427)	(2.269)
Lucro bruto	4	22.013	21.288
Perdas de crédito esperadas	8.1	(49)	49
Despesas gerais e administrativas	4	(256)	(111)
Lucro operacional		21.708	21.226
Resultado financeiro	5	(11.261)	(9.253)
Receitas financeiras		531	1.351
Despesas financeiras		(12.124)	(4.626)
Outros resultados financeiros, líquidos		332	322
Lucro antes dos tributos		10.447	18.273
Tributos sobre o lucro	6.1.1	(3.443)	(3.757)
Corrente		(4)	(20)
Diferido		(3.439)	(3.737)
Lucro líquido do exercício		7.004	14.516

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Valores expressos em milhares de reais)

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	7.004	14.516
Resultado abrangente do exercício	7.004	14.516

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Valores expressos em milhares de reais)

	Reservas de lucros					Lucros acumulados	Total
	Nota	Capital social	Reserva legal	Reserva especial de lucros a realizar	Reserva especial de dividendos distribuídos		
Saldos em 31 de dezembro de 2024		55.940	6.950	6.940	9.336	7.004	78.166
Destinação do lucro:							
Remuneração aos acionistas	11.2	-	-	(1275)	-	(1275)	(1.275)
Constituição de reservas de lucros	11.2	-	351	-	3.115	(3.466)	(2.764)
Dividendos intercalares	11.2	-	-	-	(3.538)	(3.538)	(3.538)
Saldos em 31 de dezembro de 2025		55.940	6.301	5.665	12.451	7.004	80.357
Saldos em 31 de dezembro de 2023		91.240	5.224	37.704	13.617	14.516	147.785
Destinação do lucro:							
Remuneração aos acionistas	11.2	-	-	(30.764)	(5.556)	(12.515)	(48.835)
Constituição de reservas de lucros	11.2	-	726	-	1.275	(2.001)	(100)
Saldos em 31 de dezembro de 2024		55.940	6.950	6.940	9.336	7.004	78.166

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Valores expressos em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

Constituída em 11 de maio de 2017, a Neoenergia Biguaçu Transmissão de Energia S.A. ("Companhia"), com sede e foro na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, é uma sociedade anônima de capital fechado, subsidiária integral da Neoenergia Transmissão S.A., que tem por objeto social principal desenvolver, operar e explorar a concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica para a construção, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão de energia do sistema interligado nacional. Em 24 de abril de 2017, a Companhia venceu o leilão ANEEL 05/2016 adquirindo o direito de construir, instalar e manter as seguintes linhas de transmissão e subestações: no estado de Santa Catarina, compostas por um compensador estático de reativos (CER) de (100/+300) Mvar na subestação Biguaçu 525 kV, incluindo o transformador elevador e respectivas conexões; interligações de barramentos, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio. A Receita Anual Permitida (RAP) para o ciclo 2025/2026 é de R\$19.666 mil (R\$18.673 mil para o ciclo 2024/2025), corrigida anualmente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA e o prazo de concessão é de 30 anos, a partir da assinatura do contrato de concessão, datado de 31 de julho de 2017. **1.1. Gestão de riscos:** As Diretrizes e Limites de Gestão de Riscos, aprovadas pelo Conselho de Administração em abril de 2025 da Neoenergia S.A., compostas pelas Diretrizes de Gestão dos Riscos Corporativos e pelas Diretrizes de Gestão dos Riscos específicos para cada Negócio, estabelecem os princípios básicos e o marco geral de atuação para o controle e gerenciamento dos riscos aos quais está exposto o Grupo Neoenergia e que devem ser aplicados de acordo com o disposto no Propósito e Valores do Grupo Neoenergia. O processo de gestão de riscos adota como fonte as principais boas práticas de mercado e diretrizes do COSO ERM e ISO 31000, assim como as premissas regulatórias e de órgãos que abrangem o setor de energia elétrica, em consonância com as regulamentações emitidas pelo Conselho de Controle de Atividades Financeiras (CFC) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais. As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico e ajustadas para refletir o valor justo de instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e apenas essas informações, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da Administração da Companhia. A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Resolução do Conselho de Administração nº 125/2025, em 31/05/2025. **2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma. O real brasileiro é a moeda funcional da Companhia. As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio em vigor na data da transação e convertidas para a taxa de câmbio vigente na data do balanço. Ganhos e perdas cambiais são reconhecidos imediatamente pela Administração. Os resultados financeiros são mensurados pelo valor justo. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e apenas essas informações, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da Administração da Companhia. A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Resolução do Conselho de Administração nº 125/2025, em 31/05/2025. **2.3. Políticas contábeis materiais e estimativas críticas:** As políticas contábeis materiais e estimativas críticas aplicadas à estas demonstrações financeiras estão incluídas nas respectivas notas explicativas, quando relevantes. As políticas contábeis materiais são consistentes em todos os exercícios operacionais e não se relacionam diretamente com os riscos e custos básicos de empréstimo. **2.4. Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e julgamentos para determinadas operações que refletem o reconhecimento e mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas. As premissas utilizadas são baseadas no histórico e outros fatores considerados relevantes, revisadas periodicamente pela Administração. Os resultados reais podem divergir dos valores estimados. As estimativas e julgamentos significativos aplicados pela Companhia na preparação destas demonstrações financeiras estão apresentados nas seguintes notas:

Riscos	Origem da exposição	Gestão
Risco de taxa de câmbio	Empréstimos e financiamentos e outros instrumentos financeiros que não são denominados em BRL	Operações de swap e termo
Risco de taxa de juros (incluindo índices inflacionários)	Passivos atenuais, empréstimos e financiamentos indexados a diferentes taxas de juros incluindo, mas não se limitando, a SOFR e CDI.	Operações de swap, gestão de limite de exposição de ativos e passivos por componente de taxa de juros e índices inflacionários.
Risco de preços de produtos	Volatilidade dos preços de commodities metálicas e energia elétrica, e outros produtos.	Contratos de longo prazo com fixação de preços aderentes às projeções de preços de commodities metálicas e energia elétrica.
Risco de crédito	Recebíveis, transações com devedores, garantias, adiantamentos a fornecedores e investimentos financeiros.	Diversificação da carteira e políticas para monitoramento de indicadores de solvência e liquidez das contrapartes.
Risco de liquidez	Obrigações contratuais ou assumidas.	Disponibilidade de linhas de crédito rotativo.
Risco de solvência	Passivos financeiros, obrigações contratuais ou assumidas.	Monitoramento dos covenants financeiros e da situação econômico-financeira da Companhia.

A Administração entende que está adequada e alinhada às melhores práticas de mercado quanto a estrutura operacional e de controles internos da Companhia para garantir o cumprimento das diretrizes de Riscos Financeiros e de Crédito. **Risco de taxa de juros e índices de preços:** Este risco é oriundo da possibilidade de perdas financeiras causadas pela exposição à variação de taxas de juros e/ou índices de preço, tanto no mercado brasileiro quanto no mercado externo (ex: CDI, TLP, TLP, SOFR, IPCA e IGP-M, dentre outros). O resultado desta exposição influencia o montante de encargos financeiros da dívida e rendimentos das aplicações financeiras que impactam o resultado e o fluxo de caixa das operações. Por consequência, a Companhia busca manter o equilíbrio entre os ativos e passivos indexados a índices de preços de alta correlação, buscando mitigar eventuais riscos decorrentes da inflação. A Companhia monitora constantemente as taxas de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas. **Risco de preço de commodities:** Este risco é oriundo da possibilidade de perdas financeiras causadas por elevação dos preços das commodities que são utilizadas pela Companhia em suas atividades operacionais e de manutenção. A Companhia monitora o volume das contas a receber de clientes, solicita garantias e realiza ações de cobrança em conformidade com a regulamentação do setor elétrico, quando aplicável. Além disso, para as contrapartes de comercialização de energia, são adotados critérios específicos quanto à avaliação da sua capacidade de crédito e aprovação de limites. **Risco de crédito de instituições financeiras:** Para as operações envolvendo caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários, a Companhia segue as disposições de sua Diretriz de Risco de Crédito que tem como objetivo a mitigação do risco através da diversificação junto às instituições financeiras que possuem boa qualidade de crédito (*rating*). É realizado o acompanhamento da exposição com cada contraparte, sua qualidade de crédito e seus *ratings* de longo prazo publicados pelas agências de *rating*. O quadro a seguir apresenta o *rating* de longo prazo em escala nacional publicados pelas agências Moody's, S&P ou Fitch para as principais instituições financeiras com as quais a Companhia mantém operações em aberto em 31 de dezembro de 2025.

Ratings de longo prazo em escala nacional

	Moody's	S&P	Fitch
Itaú	AAA	-	AAA
Banco do Brasil	AAA	AAA	AAA
Bradesco	AAA	AAA	AAA

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001 que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

indicador baliza a qualidade do serviço aferida pela ANEEL através da disponibilidade do sistema de transmissão.

99,97% 99,97% 99,98%

	2023	2024	2025
3.1. Subestação em operação			
Subestação em Operação - Características Físicas			
Subestação	Tensão (kV)	Capacidade Transformação (MVA)	Início Operação Comercial
SE Biguaçu	525kV	N/A	07/03/2020
4. RECITA ANUAL PERMITIDA			
A Receita Anual Permitida (RAP) para o ciclo 2025/2026 é de R\$19.666 mil (R\$18.673 mil para o ciclo 2024/2025), corrigida anualmente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA e o prazo de concessão é de 30 anos.			
5. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO			

Em 2025, a Companhia esteve com disponibilidade acima do limite superior definido pela ONS:

3. ATIVOS EM OPERAÇÃO

Subestação	Tensão (kV)	Capacidade Transformação (MVA)	Início Operação Comercial	Vencimento da Outorga
SE Biguaçu	525kV	N/A	07/03/2020	11/08/2047

4. RECITA ANUAL PERMITIDA

A Receita Anual Permitida (RAP) para o ciclo 2025/2026 é de R\$19.666 mil (R\$18.673 mil para o ciclo 2024/2025), corrigida anualmente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA e o prazo de concessão é de 30 anos.

Subestação	Propriedade (%)	RAP (R\$ mil)	Ano de Degrau da RAP	Mês base reajuste	Índice de Correção
SE Biguaçu	100%	19.666	2028	Junho	IPCA

5. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Os comentários da Administração sobre o desempenho econômico-financeiro e o resultado das operações devem ser lidos em conjunto com as demonstrações contábeis e notas explicativas.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Valores expressos em milhares de reais)

	2025	2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais	7.004	14.516
Lucro líquido do exercício		
Ajustado pelo:		
Depreciação e amortização	31	9
Tributos sobre o lucro	3.443	3.757
Resultado financeiro, líquido	11.261	2.953
Variações de ativos e passivos:		
Contas a receber de clientes e outros	(160)	74
Concessão serviço público (ativo contratual)	(6.925)	(6.402)
Fornecedores e contas a pagar a empreiteira	484	83
Salários, benefícios a empregados e encargos a pagar líquidos	(4)	-
Outros tributos e encargos setoriais a recuperar (recolher), líquidos	3.086	(656)
Provisões, líquidas dos depósitos judiciais	65	4
Outros ativos e passivos, líquidos	32	(2)
Caixa e gerado nas operações	18.441	14.098
Encargos de dívidas pagas	(10.383)	-
Recebimento de aplicação financeira recebidos	572	1.429
Perdas de créditos esperados	(6.642)	(6.559)
Caixa gerado nas atividades operacionais	8.830	14.938
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado	(9)	(114)
Perdas de créditos esperados	(9)	(114)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Captação de empréstimos e financiamento	-	80.000
Remuneração paga ao acionista	(6.472)	(59.270)
Perdas de créditos esperados	(35)	(35)
Caixa consumido das atividades de financiamento	(6.472)	(18.020)
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	2.349	(196)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	6.642	6.838
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	8.991	6.642

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

5.1. Resultado Econômico-Financeiro:

DRE (R\$ mil)	2025		2024		Variação	
	R\$	%	R\$	%	R\$	%
Receita líquida	24.440	23.557	883	4%		
MARGEM BRUTA	24.440	23.557	883	4%		
Custo de operação	(2.416)	(2.262)	(154)	7%		
Outras receitas (despesas) gerais e administrativas	(236)	(109)	(127)	117%		
= Despesa Operacional	(2.652)	(2.371)	(281)	12%		
PECLD	(49)	49	(98)	-200%		
EBITDA	21.739	21.235	504	2%		
Depreciação	(31)	(9)	(22)	244%		
Resultado Financeiro	(11.261)	(2.953)	(8.308)	281%		
IR/CS	(3.443)	(3.757)	314	-8%		
LUCRO LÍQUIDO	7.004	14.516	(7.512)	-52%		

A margem bruta da Companhia e as despesas operacionais no ano alcançaram respectivamente R\$24.440 mil, +4% vs. 2024 e -R\$2.652 mil, +12% vs. 2024, explicadas principalmente pela atualização da inflação da RAP realizada no modelo de cálculo do ativo contratual e aumento nos custos com serviços de terceiros. Com o resultado dos efeitos descritos, o EBITDA encorrou o ano em R\$21.739, aumento de 2%, em relação ao ano de 2024. O resultado financeiro foi negativo em R\$11.261 mil em 2025 contra -R\$2.953 em 2024, reflexo de encargos sobre debêntures, contratada em 2024. Considerando os fatores acima mencionados, a Companhia registrou lucro líquido no ano de 2025 de R\$7.004 mil, redução de -52% em relação ao ano anterior.

6. ESTRUTURA DE CAPITAL

6.1. Perfil da Dívida: Em dezembro de 2025, a dívida bruta da Companhia, incluindo empréstimos e encargos, foi de R\$86.172 mil (dívida líquida R\$77.181 mil), aumento de 2% em relação ao exercício anterior que foi de R\$84.550 mil (dívida líquida R\$77.908 mil). Em dezembro de 2025, a Companhia contava com 92,8% da dívida bruta contabilizada no longo prazo (94,6% em 2024). **DISCLAIMER:** Esse documento foi preparado pela Neoenergia Biguaçu, visando indicar a situação geral e o andamento dos negócios da Companhia. O documento é propriedade da Neoenergia Biguaçu e não deverá ser utilizado para qualquer outro propósito sem a prévia autorização escrita da Neoenergia Biguaçu. A informação contida neste documento reflete as atuais condições e nosso ponto de vista até esta data, estando sujeitas a alterações. O documento contém declarações que apresentam expectativas e projeções da Neoenergia Biguaçu sobre eventos futuros. Estas expectativas envolvem vários riscos e incertezas, podendo, desta forma, haver resultados ou consequências diferentes daquelas aqui discutidos e antecipados, não podendo a Companhia garantir a sua realização. Todas as informações relevantes, ocorridas no período e utilizadas pela Administração na gestão da Companhia, estão evidenciadas neste documento e nas Demonstrações Financeiras.

BALANÇO PATRIMONIAL

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	2025	2024
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	7	8.991	6.642
Contas a receber de clientes e outros	8	2.245	2.084
Tributos sobre o lucro a recuperar	6.1.3	1.041	3.589
Concessão do serviço público (ativo contratual)	9	18.018	17.317
Outros ativos		936	752
Total do circulante		31.231	30.384
Não circulante			
Concessão do serviço público (ativo contratual)	9	203.578	197.354
Imobilizado		645	661
Intangível		226	2
Total do não circulante		204.249	198.017
Total do ativo		235.480	228.431
Passivo			
Circulante			
Fornecedores e contas a pagar a empreiteiros		866	714
Empréstimos e financiamentos	10	6.172	4.550
Outros tributos e encargos setoriais a recolher	6.2	231	289
Dívidas e juros sobre capital próprio	11.2	-	1.657
Outros passivos		1.125	491
Total do circulante		8.394	7.701
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	10		

6.1.3. Tributos sobre o lucro a recuperar

	2025	2024
Imposto de renda – IR	1.009	3.250
Contribuição social sobre o lucro líquido – CSLL	32	339
Tributo sobre o lucro a recuperar	1.041	3.589
Ativo circulante	1.041	3.589

6.1.4. Política contábil material e julgamentos críticos: a) **Política contábil material:** Os tributos sobre o lucro são calculados com base nas alíquotas vigentes no Brasil e reconhecidos considerando as diferenças temporárias entre os valores contábeis e as bases fiscais dos ativos e passivos, bem como nos prejuízos fiscais apurados Ativos e passivos fiscais são compensados quando existe direito legalmente exequível para tal compensação e quando ambos se referem à mesma autoridade fiscal e à mesma entidade tributável. Os tributos diferidos ativos reconhecidos nas demonstrações financeiras baseiam-se em estudos técnicos, preparados pela Administração, que suportam a expectativa de lucros tributários futuros. Os tributos diferidos passivos são imediatamente reconhecidos nas demonstrações financeiras. b) **Estimativas e julgamentos críticos:** É necessário julgar as principais premissas utilizadas na mensuração dos tributos diferidos ativos, considerando as premissas e estimativas de fluxos de caixa projetados, o montante dos créditos tributários reconhecidos podem ser afetados por fatores incluindo, mas não limitado a: (i) premissas internas sobre o lucro tributável projetado, baseado no planejamento de produção e vendas de energia, preços de energia, custos operacionais e planejamento de custos de capital; (ii) premissas externas sobre o cenário macroeconômico, incluindo perspectivas de demanda comercial e o ambiente tributário. Essas premissas são elaboradas e fundamentadas pela Administração, considerando os cenários econômicos, comerciais e tributários, e estão sujeitos a alterações. A Companhia também aplica julgamento crítico na identificação de incertezas sobre posições tributárias sobre o lucro, que podem impactar as demonstrações financeiras. As incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro representam os riscos de que a autoridade fiscal não aceite um determinado tratamento tributário aplicado pela Companhia. A Companhia estima a probabilidade de aceitação do tratamento fiscal incerto pela autoridade fiscal com base em avaliações técnicas de seus consultores jurídicos, considerando precedentes jurisprudenciais aplicáveis a legislação tributária vigente, que podem ser impactados principalmente por mudanças nas regras fiscais ou decisões judiciais que alterem a análise dos fundamentos da incerteza, de tal modo que podem surgir disputas com as autoridades fiscais em razão da interpretação das leis e regulamentos aplicáveis.

6.2. Outros tributos e encargos setoriais a recolher:

	2025	2024
Outros tributos		
Outros tributos indiretos ⁽¹⁾	20.662	20.017
Outros	28	158
20.690	20.175	

Encargos setoriais a recolher

	2025	2024
Resquisa e Desenvolvimento – P&D	227	162
Outros	29	25
256	187	

Total outros tributos e encargos setoriais a recolher

	2025	2024
Circulante	230	289
Não circulante	20.716	20.073

⁽¹⁾ Contempla outros tributos indiretos diferidos sobre as receitas de construção da infraestrutura de transmissão e da remuneração do ativo de contrato, que serão realizados até o término do contrato de concessão. A Reforma Tributária brasileira, instituída pela Emenda Constitucional nº 132/2023 e regulamentada pela Lei Complementar nº 214/2023, promoveu a reestruturação abrangente do sistema tributário, substituindo três tributos com ICMS, ISS, PIS, COFINS e IPI pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e pelo Imposto Seletivo (IS). Esses novos tributos possuem características de não cumulativa e estrutura alinhada ao modelo de Imposto sobre Valor Agregado (IVA). O período de transição ocorrerá entre 2026 e 2032, com efeitos práticos a partir de 2027. Com a substituição do PIS e da COFINS pelo CBS a Companhia passou a classificar o saldo diferido de longo prazo como outros tributos indiretos diferidos até que haja definição da alíquota efetiva da CBS, bem como do entendimento da ANEEL sobre eventuais impactos decorrentes desse tema sobre a RAP. Somente após essa definição será possível avaliar os impactos no fluxo de recebimento do ativo de contrato decorrentes do regime de *gross-up* da receita regulatória. A Companhia está monitorando continuamente os desdobramentos da Reforma Tributária e avaliando seus potenciais impactos, inclusive no que se refere à conformidade regulatória, riscos associados e à aplicação das novas regras durante o período de coexistência dos sistemas tributários. Adicionalmente, a Companhia concluiu a adaptação de seus sistemas e iniciou a emissão de notas fiscais contendo os valores estatísticos de CBS e IBS, conforme previsto na legislação vigente, reforçando seu compromisso com a adequação tempestiva às exigências legais.

7. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2025	2024
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	4.884	1.150
Fundos de investimento	4.107	5.491
	8.991	6.642

As carteiras de instrumentos financeiros classificadas como caixa e equivalentes de caixa são constituídas visando melhor rentabilidade e o menor nível de risco. A remuneração média das carteiras em dezembro de 2025 é de 99,88% (99,90% em 31 de dezembro de 2024) do CDI. A carteira de aplicações financeiras, em 21 de dezembro de 2025 e 2024, é constituída, principalmente por fundos de investimentos exclusivos do Grupo Neoenergia, compostos por diversos ativos, conforme abaixo:

	2025	2024
Carteira		
Fundos exclusivos		
Operações compromissadas	3.811	5.491
CDB	296	-
	4.107	5.491

Os fundos de investimentos exclusivos da Companhia representam apenas veículos de propósito específico controlados pela Neoenergia S.A. Os fundos estão sujeitos a obrigações restritas ao pagamento de serviços prestados pela administração dos ativos, atribuída à operação dos investimentos, como taxas de custódia, auditoria e outras despesas, existindo obrigações financeiras relevantes ou demandas judiciais ou extrajudiciais, bem como ativos dos clientes para garantir essas obrigações.

8. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS

	2025	2024
Recebeível	2.361	(116)
Contas a receber, créditos esperados	2.245	2.152
Reversões	(116)	(2.084)
	2.245	2.084

O *aging* do contas a receber de disponibilização do sistema de transmissão está apresentado como segue:

	2025		2024	
	Recebeível	Perdas de crédito esperadas	Recebeível	Perdas de crédito esperadas
A vencer	2.015	(7)	2.076	(7)
Saldos vencidos:				
entre 1 e 90 dias	5	(1)	6	(1)
entre 91 e 180 dias	32	(13)	14	(6)
entre 181 e 365 dias	56	(26)	9	(7)
Acima de 360 dias	252	(70)	47	(47)
	2.360	(117)	2.152	(68)

8.1. Variação das perdas de crédito esperadas – PCE:

	2025	2024
Saldo inicial do exercício	(68)	(117)
Adições	497	(178)
Reversões	(497)	(178)
	(68)	(117)

8.2. Política contábil material e julgamentos críticos: a) **Política contábil material:** O contas a receber são ativos financeiros mensurados ao custo amortizado (veja nota 13.5) e são reconhecidos quando o recebimento do valor da contraprestação seja incondicional, deduzidos das perdas de crédito esperadas. A Companhia reconhece perdas de crédito esperadas para contas a receber de clientes em montante considerado suficiente pela Administração, baseado em estimativas e julgamentos críticos. b) **Estimativas e julgamentos críticos:** A Companhia mensura as perdas de crédito esperadas para contas a receber de curto prazo utilizando matriz de perda baseada em histórico de inadimplência, ajustada por informações atuais e projeções futuras, quando aplicável. Essa abordagem considera as características específicas de cada linha de negócio. A Companhia não apresenta histórico de inadimplência relevante e, portanto, a matriz considera percentuais crescentes de provisão, podendo chegar a 100% para atrasos superiores a 12 meses. Mecanismos da ONS mitigam o risco de crédito, tornando as perdas irrelevantes.

9. CONCESSÃO DO SERVIÇO PÚBLICO (ATIVO CONTRATUAL)

A concessão da Companhia não possui obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao Poder Concedente. O contrato de concessão outorgado possui prazo de 30 anos e prevê a prorrogação da vigência, a critério exclusivo do Poder Concedente, mediante requerimento da concessionária. Em caso de extinção da concessão pelo advento do término do prazo contratual ou outra das hipóteses contratualmente previstas, ocorrerá a reversão, ao Poder Concedente, dos bens vinculados à infraestrutura vinculada à prestação do serviço, procedendo-se aos levantamentos, avaliações e determinação do montante de indenização devida à Companhia, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. Os ativos vinculados à infraestrutura da concessão, cujo direito à contraprestação está condicionado à satisfação de obrigação de desempenho, são classificados como Ativos de Contrato e apresentam movimentação dos saldos como segue:

	2025	2024
Saldo inicial do exercício	214.671	208.269
Remuneração do ativo contratual	22.760	22.099
Realização do ativo contratual pela parcela da RAP do exercício	(17.305)	(16.541)
Adições e mensuração do ativo contratual	1.470	870
Saldo final do exercício	221.596	214.671
Circulante	18.018	17.317
Não circulante	203.578	197.354

9.1. Política contábil material: O Contrato de Concessão de Serviço Público de Energia Elétrica celebra-se entre a União (Poder Concedente - Outorgante) regulamenta a exploração dos serviços públicos de transmissão pela Companhia e estabelecem que, de acordo com o contrato de concessão, a Companhia é responsável por transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. Para cumprir essa responsabilidade, a Companhia possui duas obrigações de desempenho distintas: (i) construir e melhorar; e (ii) manter e operar a infraestrutura de transmissão. Ao cumprir essas duas obrigações de desempenho, a Companhia mantém sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários e em contrapartida recebe um fluxo de caixa denominado Receita Anual Permissível (RAP), durante toda a vigência do contrato de concessão. Este recebimento amortiza os investimentos feitos nessa infraestrutura de transmissão. Eventuais investimentos não amortizados geram o direito de indenização do Poder Concedente (quando previsto no contrato de concessão), que recebe toda a infraestrutura de transmissão ao final do contrato de concessão. O direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente a passagem do tempo. Com isso, as contraprestações passam a ser classifica-

NEOENERGIA BIGUAÇU TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.

cadadas como um ativo de contrato, e conforme o cumprimento das obrigações de desempenho são subsequentemente reclassificados para a contas a receber de clientes. A infraestrutura recebida ou construída da atividade de transmissão é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (i) Parte através de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à RAP durante o prazo da concessão. Os valores da RAP garantida são determinados pelo ONS conforme contrato e recebidos dos participantes do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada. (ii) Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa. **9.2. Estimativas e julgamentos críticos:** Para mensuração do ativo de contratual a Companhia estima os fluxos de caixa futuros em bases normais no início da concessão. Sendo as principais premissas: (i) o componente de inflação a ser adicionado ao fluxo de caixa da concessão, e (ii) a taxa de desconto que reflete o componente de financiamento para o Poder Concedente. (iii) probabilidade de recebimento do direito à indenização dos ativos não amortizados ao longo da vigência do contrato. O componente inflação realizado pode ser significativamente diferente das estimadas feitas pela Administração em relação efetiva no momento do recebimento da RAP. A parcela do ativo contratual vinculada ao direito de indenização, aplicável aos leilões outorgados até o ano de 2019, é revisada sempre que a Administração obtém informações relevantes, internas ou externas, que possam impactar a estimativa de probabilidade de recebimento desse componente.

10. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

10.1. Dívida líquida: A Companhia avalia a dívida líquida com o objetivo de assegurar a continuidade dos seus negócios no longo prazo. A dívida líquida é composta como segue:

	2025	2024
Mercado de capitais	86.172	84.550
Empréstimos e financiamentos	86.172	84.550
Caixa e equivalentes de caixa (nota 7)	(9.291)	(6.642)
Caixa líquido de dívida	77.181	77.908

10.2. Empréstimos e financiamentos: As dívidas da Companhia são compostas por recursos captados, principalmente, através de agências de fomento, principalmente denominadas em Real brasileiro ("R\$").

a) Saldos dos contratos por moeda:

	2025	2024
Denominados em R\$	86.172	84.550
Indexados a taxas flutuantes	86.172	84.550

b) Fluxo de pagamentos futuros de dívida: A Companhia busca estruturar sua dívida em consonância com o ciclo financeiro de seus negócios, observando as peculiaridades de cada empresa e as características de suas concessões e autorizações. Os fluxos de pagamentos futuros da dívida de principal e juros são os seguintes:

	Principal ⁽¹⁾	Juros ⁽¹⁾	Total
2026	-	12.396	12.396
2027	-	12.293	12.293
2028	-	12.447	12.447
2029	80.000	12.293	92.293
	80.000	49.429	129.429

⁽¹⁾ O fluxo estimado de pagamentos futuros, incluindo principal e juros, é calculado com base nas curvas de taxas de juros (taxas Pré) em vigor em 31 de dezembro de 2025 e considerando que todas as amortizações e pagamentos de juros dos empréstimos e financiamentos serão efetuados nas datas contratadas. O montante inclui valores estimados de pagamentos futuros de encargos a incorrer (ainda não provisionados) e os encargos incorridos, já reconhecidos nas demonstrações financeiras. Em 31 de dezembro de 2025, o prazo médio de vencimento do endividamento da Companhia é de 3,58 anos (4,58 anos em 31 de dezembro de 2024). **c) Reconciliação da dívida com o fluxo de caixa e outras movimentações:**

	2025	2024
Saldo inicial do exercício	84.550	
Efeito no fluxo caixa:		
Captação	-	80.000
Pagamento de encargos de dívida	(10.383)	-
Efeito no caixa:	12.005	4.550
Encargos incorridos	86.172	84.550
Saldo final do exercício	86.172	84.550

d) Condições restritivas financeiras (Covenants): Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui 100% dos contratos de dívidas com *covenants*. O principal *covenant* da Companhia é calculado anualmente e obriga a manter a dívida líquida sobre o EBITDA (LAJIDA – Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização) abaixo ou igual ao limite contratual (5,5). A Companhia não identificou nenhum evento de não conformidade em 31 de dezembro de 2025 e 2024. A Companhia possui *covenants* não financeiros, que devem ser cumpridos e atestados na mesma periodicidade dos *covenants* financeiros. Não foram identificados nenhum descumprimento de *covenants* não financeiros que ensejasse vencimento antecipado de suas operações financeiras. **10.2.1. Política contábil material:** As dívidas e os outros passivos financeiros são inicialmente registradas pelo valor justo, que normalmente reflete o valor recebido, líquido dos custos de transação (custos diretos de emissão) e dos eventuais pagamentos, e são subsequentemente mensurados a custo amortizado (exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado) e atualizados pelos métodos de juros efetivos. Qualquer diferença entre o valor captado (líquido dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida no resultado durante o período em que os instrumentos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação dos empréstimos e financiamentos são reconhecidas como custos da transação.

11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

11.1. Capital social: O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2025 é de R\$55.940, totalmente integralizado, dividido em 55.940.296 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, como segue:

	Lote de mil ações		
	Total de ações	%	R\$
Acionista Neoenergia Transmissão S.A.	55.940	100%	55.940
Total	55.940	100%	55.940

11.2. Remuneração ao acionista

O Estatuto Social da Companhia determina a remuneração mínima de 25% do lucro líquido, após os ajustes de acordo com as prescrições legais do Brasil. A remuneração ao acionista se dá sob a forma de dividendos e/ou juros sobre capital próprio (JSCP), baseado nos limites definidos em lei e no estatuto social da Companhia. A proposta de remuneração ao acionista da Companhia foi calculada da seguinte forma:

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	7.004	14.516
Reserva	(250)	(226)
Lucro líquido ajustado	6.754	13.290
Destinação da reserva especial de dividendos não distribuídos	3.115	(1275)
Lucro líquido a distribuir	9.769	12.515
Remuneração		
Mínima obrigatória	1.664	3.448
Remuneração adicional	1.875	9.067
	3.539	12.515

Natureza da remuneração: Juros sobre capital próprio

Os valores deliberados ao acionista da Companhia, por natureza de remuneração, estão apresentados como:

	Valor deliberado	Valor por ação
2025		
AGE de 30 de abril de 2025	1.275	0,022792
AGE de 30 de abril de 2025	1.713	0,030622
AGE de 25 de julho de 2025	1.825	0,032642
	4.813	0,086056

2024

AGE de 27 de março de 2024 Juros sobre capital próprio 2.414 0,0304487

AGE de 30 de abril de 2024 Dividendos intermediários 1.826 0,0250096

AGE de 27 de junho de 2024 Dividendos 30.763 0,421347

AGE de 27 de junho de 2024 Juros sobre capital próprio 2.342 0,0320769

AGE de 25 de setembro de 2024 Juros sobre capital próprio 1.347 0,0184490

AGE de 11 de novembro de 2024 Dividendos intermediários 3.815 0,0522517

42.507 0,5821920

A remuneração a pagar ao acionista está apresenta como segue:

	2025	2024
Saldo no início do exercício	1.657	13.574
Dividendos declarados	4.813	48.835
Imposto de renda retido na fonte	-	(1.032)
Passos no exercício	(6.470)	(57.220)
Saldo no final do exercício	1.657	1.657

11.3. Reservas de lucros: a) **Reserva legal:** Constitui uma exigência legal para retenção de 5% do lucro líquido apurado até o limite de 20% do capital social. A reserva legal pode ser utilizada para absorver prejuízos ou para aumento de capital. b) **Reserva de lucros a realizar:** Possui como finalidade reter parcela do lucro líquido do exercício não realizada em caixa ou equivalente de caixa e que exceda a perspectiva estratégica da Companhia de distribuição de montantes a pagar ao acionista. c) **Reserva especial de dividendos não distribuídos:** Reserva destinada a registrar parcela de dividendos que deixaram de ser obrigatórios em função da incompatibilidade da distribuição com a situação financeira da companhia, de acordo com o artigo 2º da Lei 6.404/1976. **11.4. Política contábil material:** O Capital social representa valores recebidos do acionista e também aqueles gerados pela Companhia que foram formalmente incorporados através de reservas de lucros. O capital social está representado por ações ordinárias. As ações ordinárias são classificadas como instrumentos de patrimônio por não exporem a Companhia a obrigação de entregar caixa ou outros instrumentos financeiros e deixaram os detentores desses instrumentos (acionista) expostos às variabilidades dos resultados e fluxos de caixa gerados pela Companhia. Os gastos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de ações são apresentados como dedução do patrimônio líquido, como transações de capital, líquido de efeitos tributários. A remuneração ao acionista é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras da Companhia, com base no estatuto social. Qualquer valor acima da remuneração mínima obrigatória aprovada no estatuto social, somente será reconhecido no passivo circulante na data em que for aprovado pelo acionista.

12. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As partes relacionadas da Companhia são os acionistas e suas empresas ligadas e o pessoal-chave da administração da Companhia. As principais transações comerciais com o acionista e suas empresas ligadas reconhecidas como contas a receber e/ou contas a pagar e respectivas receitas e/ou custos/despesas

estão relacionadas aos: (i) contratos de uso do sistema de transmissão; (ii) prestação serviços de operação e manutenção e (iii) contratos de serviços administrativos. As informações sobre transações com partes relacionadas e os efeitos nas demonstrações financeiras são apresentados abaixo:

12.1. Saldo em aberto com partes relacionadas:

	2025		2024	
	Subsidiárias da Neoenergia	Coligadas	Subsidiárias da Neoenergia	Coligadas
Ativo				
Contas a receber e outros (a)	147	273	144	244
	147	273	144	244
Passivo				
Fornecedores e contas a pagar (b)	171	-	162	-
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar (d)	-	-	-	1.657
	171	-	162	1.657

12.2. Transações com partes relacionadas:

	2025			2024		
	Subsidiárias da Neoenergia	Coligadas	Total	Subsidiárias da Neoenergia	Coligadas	Total
Resultado do exercício						
Receita operacional líquida	1.514	765	2.279	1.517	727	2.244
Custos dos serviços	(1.972)	-	(1.972)	(1.407)	-	(1.407)
	(458)	765	307	110	727	837

12.3. Principais transações com partes relacionadas

As principais transações com partes relacionadas referem-se a:

Item	Empresa relacionada	Tipo de transação	Índice de correção / remuneração contratual	Vencimento	Prazo	Ativo (Passivo)	Resultado do exercício
(a)	Norte Energia	TUST	IPCA	35 anos	2045	273	765
(a)	Neoenergia Coelba	TUST	IPCA				